

Organização Social João Marchesi
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2016.

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos

Senhores Diretores da

ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI

Penápolis- SP

Examinamos as demonstrações contábeis da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do **ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI**, para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI**.

Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sem ressalva.

Base para opinião sem ressalva sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI**, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase sobre a Base de Elaboração das Demonstrações Contábeis

Sem modificar nossa opinião, considera-se relevante e oportuno, que devido a nossa contratação ter sido realizada após o término do exercício, não efetuamos o teste de auditoria denominado “circularizações”, sendo substituídos por testes de auditoria denominados “testes alternativos”.


A Administração da **ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI**, está em constante processo de adequação aos Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais de Contabilidade Resoluções do CFC e Lei 11.638/07.

Outros Assuntos

Os valores correspondentes ao exercício apresentado para fins de comparação, não foram anteriormente por nós auditados e nem por outros auditores.

São Paulo, 19 de maio de 2017

Audit Home Auditores Independentes S/S
CRC 2SP022333/O-5


Paulo Alves das Flores
CRC 1 SP 196616/O-0

		2015		2016		2015		2016	
		ATIVO		PASSIVO					
CIRCULANTE						CIRCULANTE			
Disponível:						Fornecedores		47.450	
Caixa		3.651.859		316.400		Obrigações Trabalhistas		1.435.333	
Bancos Conta Movimento		2.683		-		Encargos Sociais a Pagar		291.201	
Aplicações Financeiras		574.668		180.407		Obrigações Tributárias		76.618	
		3.074.508		135.992		Contas a Pagar		200.959	
						Serviços Médicos		599.274	
Outros Créditos:		324.645		230.420		Empréstimos Diversos		78.358	
Valores a Receber		323.433		222.438		Provisões de Férias e Encargos Soc.		1.276.919	
Adiantamentos Diversos		1.212		7.701		Parcelamento Tributário		25.540	
Impostos a Recuperar		-		280					
		24.926		34.848					
ESTOQUES								4.031.651	
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		4.001.429		581.668		TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		4.031.651	
NÃO CIRCULANTE						PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado						Exigível a Longo Prazo:		418.227	
Terrenos		2.719.780		2.752.068		Empréstimos Diversos		418.227	
Edifícios		14.770		14.770					
Móveis e Utensílios		2.525.797		2.525.797					
Máquinas e Equipamentos		381.597		272.403					
Veículos		270.094		303.422					
Outras Imobilizações		45.901		45.901					
(-) Depreciação Acumulada		8.893		8.893					
		(527.271)		(419.117)		PATRIMÔNIO SOCIAL			
						Patrimônio Social		2.271.328	
						Doações e Contribuições Patrimoniais		2.327.624	
						Ajuste de Exercício Anterior		4.231	
						Resultado do Exercício		(26.042)	
						Resultados Acumulados		(428.021)	
								393.536	
								-	
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.719.780		2.752.068		TOTAL DO PASSIVO		6.721.207	
TOTAL DO ATIVO		6.721.210		3.333.736				3.333.736	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Organização Social João Marchesi
Demonstração de resultados
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

	2016	2015
Receitas Operacionais	26.094.941	2.306.238
Convênios Diversos	2.323.309	2.149.738
Subvenções	36.500	36.500
Repasse Governo Federal	6.887.567	-
Repasse Municipal	16.847.565	-
Convênios Serviços Residenciais Terapêuticos	-	120.000
Outras Receitas Operacionais	1.720.676	1.207.004
Donativos e Patrocínios	553.806	462.569
Rendas Diversas	275.687	24.320
Receitas Financeiras	47.087	5.868
Receitas Eventuais	29.924	279.476
Receitas Diversas	27.721	5.669
Receitas de Gratuidade Usufruída	786.451	429.102
TOTAL DAS RECEITAS	27.815.617	3.513.242
Despesas Operacionais	(27.154.792)	(2.677.767)
Setor de Nutrição e Dietética	(251.490)	(120.788)
Setor de Limpeza	(85.562)	(145.979)
Setor Medico	(1.143.594)	(560.309)
Setor de Enfermagem	(5.987.427)	(857.851)
Setor de Terapia Ocupacional	(206.156)	(118.881)
Setor de Telemarketing	(570)	(174.252)
Setor de Telemarketing	(17.194.217)	(273.168)
Setor de Administração	(53.724)	(26.699)
Setor de Lavanderia	(1.166.113)	(74.112)
Setor de Manutenção	-	(28.975)
Setor de Portaria	-	(31.719)
Setor de Nota Fiscal Paulista	(1.065.939)	(197.685)
Administrativas Gerais	-	(15.466)
Eventos Diversos	-	(12.553)
Lares Abrigados	-	(17.357)
Cantina	-	(4.161)
Cozinha Terapêutica	-	(188)
Padaria Artesanal	-	(17.624)
Administrativas c/ SRT	-	-
Despesas/Receitas Não Operacionais	<u>(1.088.845)</u>	<u>(441.938)</u>
Despesas Financeiras	(302.394)	(15.237)
Despesas de Gratuidade Usufruída	(786.451)	(429.102)
Receitas de Locação	-	2.400
Superávit / Déficit do Exercício	<u>(428.021)</u>	<u>393.536</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Organização Social João Marchesi
Demonstração de mutações do patrimônio líquido
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

	Patrimônio Social	Doações e Contribuições Patrimoniais	Ajuste de Exercício Anterior	Resultados Acumulados	Resultado do Exercício	Patrimônio Social
Saldos em 31 de Dezembro de 2015	2.327.624	4.231	-	-	393.536	2.725.391
Resultados Acumulados	-	-	-	393.536	(393.536)	-
Ajuste de Exercício Anterior	-	-	(26.042)	-	-	(26.042)
Resultado Do Exercício	-	-	-	-	(428.021)	(428.021)
Saldos em 31 de Dezembro de 2016	<u>2.327.624</u>	<u>4.231</u>	<u>(26.042)</u>	<u>393.536</u>	<u>(428.021)</u>	<u>2.271.328</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Organização Social João Marchesi
Demonstração dos fluxos de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016
(Em Reais)

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	2016
Resultado do exercício/período	(428.021)
Ajustes para conciliar o resultado das disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	108.155
Resultado ajustado	(319.866)
Variações nos ativos e passivos:	
(Aumento) Redução em contas a receber	(100.994)
(Aumento) Redução em aplicações financeiras	(2.938.515)
(Aumento) Redução em outros direitos	9.193
(Aumento) Redução nos estoques	9.922
(Diminuição) Aumento em fornecedores	3.676
(Diminuição) Aumento em contas a pagar e provisões	3.185.809
(Diminuição) Aumento em obrigações fiscais	202.275
Variações nos ativos e passivos:	371.366
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	51.500
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:	
Acréscimo do Ativo Permanente (Compras) de imobilizado e acréscimo no diferido	(75.867)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	(75.867)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:	
(Diminuição) Aumento em empréstimos e financiamentos	421.310
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos	421.310
Aumento/Diminuição nas disponibilidades	<u>396.944</u>
Variação do Disponível:	
No início do período	180.407
No final do período	577.351
Aumento/Diminuição no Disponível	<u>396.944</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras do Exercício Findo em
31 de dezembro de 2016
(Em Reais)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI**, aqui simplesmente denominada Associação, fundada no dia 06 (seis) de setembro de 1959 (mil novecentos e cinquenta e nove), é associação civil de direito privado, com duração indeterminada, sem fins lucrativos e de natureza filantrópica, com sede social na Rodovia Sargento Luciano Arnaldo Covolan, Km 0 (zero) + 750 metros, tendo seu foro jurídico á comarca de Penápolis, Estado de São Paulo, estando devidamente registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Penápolis - SP, sob nº 402, a folhas 120 vº do livro A-1; que é regida pelo presente estatuto social, por seu Regimento Interno e pelas disposições legais aplicáveis.

UNIDADES DE ATENDIMENTO

ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI

Convenio firmado com o município de Penápolis - SP

Rodovia Sargento Luciano Arnaldo Covolan, Km 0 (zero), Penápolis – SP

ORGANIZAÇÃO SOCIAL JOÃO MARCHESI

Convenio firmado com o município de Balneária Caraguatatuba – SP

Luiz Passos, nº 50, Centro Caraguatatuba - SP

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2016, a Entidade adotou a Lei nº 11.638/2007, Lei nº 11.941/09 em relação aos aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas em observância às práticas contábeis adotadas no Brasil, características qualitativas da informação contábil. Resolução CFC nº 1.374/11 (NBC TG), Resolução nº 1.376/11 (NBC TG 26 R3) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) em especial a Resolução CFC nº 1409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1), que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registros dos componentes e variações patrimoniais e de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em nota explicativa das entidades sem fins lucrativos.

2.2 FORMALIDADE DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL RESOLUÇÃO CFC Nº 1.330/11 (NBC ITG 2000)

A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico.

Os registros contábeis contem números de identificação nos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos.

As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas no “Diário” da Entidade, e posteriormente registrado no Cartório de Registros de Pessoas Jurídicas.

A documentação contábil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiam ou compõem a escrituração contábil.

A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos “usos e costumes”. A entidade manter em boa ordem a documentação contábil.

2.3 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Caixa e Equivalentes de Caixa: Conforme determina a Resolução do CFC No. 1.296/10 (NBC –TG 03) – Demonstração do Fluxo de Caixa e Resolução do CFC No. 1.376/11 (NBC TG 26 R3) – Apresentação Demonstrações Contábeis, os valores contabilizados neste subgrupo representam moeda em caixa e depósitos à vista em conta bancária, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até 90 (noventa) dias e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço.

b) Outros Ativos Circulantes: Constituídos principalmente por valores a receber de repasses de órgão federal e municipal. São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço.

c) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos: A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2016 não transacionou operação de longo prazo (ou relevante de curto prazo que se qualificassem a serem ajustadas).

d) Imobilizado: Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 04 e leva em consideração vida útil e utilização dos bens (Resolução CFC No. 1.177/09 (NBC – TG 27 R3)). Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

e) Passivo Circulante: Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes são registrados com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. – Provisões – Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas quando julgadas prováveis e com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

f) Prazos: Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante.

g) Provisão de 13º Salário e Encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados e baixados conforme o pagamento até a data do balanço.

h) Provisão de férias e encargos: Foram provisionadas com base nos direitos adquiridos pelos empregados até a data do balanço.

i) As despesas e as receitas: Estão apropriadas obedecendo ao regime de competência. As doações sem destinação específica são reconhecidas como receita quando recebidas.

j) Apuração do resultado: O resultado foi apurado segundo o regime de competência. As receitas são mensuradas pelo valor justo e reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Caixa Geral	2.683	-
Contas Correntes – Bancárias	574.668	180.407
Aplicações Financeiras	3.074.508	135.992
	<hr/> 3.651.859	<hr/> 316.400

4. VALORES A RECEBER

	2016	2015
Valores a receber	323.433	222.438
Adiantamentos diversos	1.212	7.701
Impostos a recuperar	-	280
	<hr/> 324.645	<hr/> 230.420

5. IMOBILIZADO

Imobilizado	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Terrenos	14.770	14.770
Edifícios	2.525.797	2.525.797
Moveis e Utensílios	381.597	272.403
Maquinas e Equipamento	270.094	303.422
Veículos	45.901	45.901
Outras Imobilizações	8.893	8.893
Depreciação acumulada	(527.271)	(419.117)
	<hr/> 2.719.780	<hr/> 2.752.068

6. PASSIVO CIRCULANTE

Passivo Circulante	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fornecedores	47.450	43.774
Obrigações Trabalhistas	1.435.333	116.149
Encargos Sociais a Pagar	291.201	119.819
Obrigações Tributárias	76.618	3.925
Contas a Pagar	200.959	45.158
Serviços Médicos	599.274	-
Empréstimos Diversos	78.358	26.901
Provisões de Férias e Encargos Sociais	1.276.919	165.368
Parcelamento Tributário	<hr/> 25.540	<hr/> 38.877
	4.031.651	559.971

7. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

São compostas pelos encargos da folha de pagamento de dezembro de 2016 e folha do 13º salário com vencimento em janeiro de 2017, obrigações fiscais são retenções de ISS/ IRRF e CSRF retidos de prestadores de serviços com vencimento em janeiro/2017.

8. PATRIMÔNIO SOCIAL

O Patrimônio Social é apresentado em valores atualizados e compreende o patrimônio social, acrescido ou diminuído do resultado apurado em cada exercício.

9. CONVÊNIOS GOVERNAMENTAIS

No exercício de 2016 a entidade manteve contratos firmados com as Prefeituras de Balneária Caraguatatuba – SP e Penápolis – SP, sendo os seguintes valores apropriados em Receita.

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Repassse Governo Federal	6.887.567	-
Repassse Municipal	16.847.565	-
	<u>23.735.132</u>	<u>-</u>

10. GRATUIDADES OFERECIDAS EM QUANTIDADE E VALORES

Com observância do limite mínimo fixado pelo artigo 3º, parágrafo 4º, do Decreto nº. 2536, de 06/04/98, o número total de pacientes atendidos nos exercícios de 2016 e 2015, em quantidade de atendimentos está observância a referida Lei.

11. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS, COFINS E CSLL

Estão demonstradas conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício, que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades beneficentes de assistência social.

12. PROCESSOS TRABALHISTAS E JUDICIAIS

De acordo com o setor jurídico a entidade não possui ações relevantes e consideradas como provável perda.

13. COBERTURA DE SEGUROS

A entidade adota a política de contratar cobertura de seguros par os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A entidade declara não possuir vínculos com as partes responsáveis pela elaboração das demonstrações contábeis.

15. APLICAÇÕES DOS RECURSOS

Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

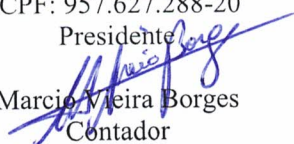
16. OUTRAS

16.1 - A Administração da Organização Social João Marchesi demandará esforços para concluir no exercício subsequente a adequação de todos os Pronunciamentos Contábeis (CPCs), Normas Internacionais e Lei 11.638/07, com possíveis ajustes de efeitos relevantes nas Demonstrações Contábeis.

16.2 - A entidade continua em fase de melhorias em seus controles internos, sendo operacionais, de sistemas, financeiros e contábeis.

Organização Social João Marchesi

Jose Paulo Lopes
CPF: 957.627.288-20
Presidente


Marcio Vieira Borges
Contador
CRC 1SP 165.854/O-6

Álvaro Santoro
Contador
CRC 1SP 201.964/O-0